

A cordialidade perdida

Cada povo deve ser julgado pela imagem que faz de si mesmo.

Aparentemente estamos nos resignando a não sermos mais o suposto povo cordial. A autolisonja provém de uma conversa fortuita de um diplomata mexicano, Alfonso Reyes, querendo agradar, como costumam, os diplomatas no exterior. A frase, mera frase, foi parar numa alentada interpretação do Brasil por Sérgio Buarque de Holanda. Que dela terminou se arrependendo e retificando-a, após vários ataques dos menos otimistas.

Mas a cultura tende a perpetuar-se como folclore e o resultado foi que a elite brasileira gostou e passou a usar a boutade como ideologia. Daí em diante a história, ou estória, é muito longa e não cabe discuti-la aqui.

O que nos interessa agora é desmentir o mito da incapacidade de reação social, violenta do brasileiro.

Em toda parte há criminalidade, mas cada qual tem seus motivos específicos.

A urbanização, desempregando mais que empregando, atrai milhões de brasileiros do campo, oferecendo-lhes em geral um pouco mais que a marginalidade. É o preço do desenvolvimento, dizem, quando melhor diriam que fosse o preço desse tipo de desenvolvimento. Porque seria possível, se quisessem realmente, minorar seu custo humano.

Mas o que se vê?

Há um total desinteresse pelo menor carente nos diversos graus. Por mais que se clame contra as pseudos-instituições que dele se descuidam, em vez de cuidarem, fica tudo por isso mesmo. Com o resultado óbvio da sua transformação maciça em criminosos comuns.

Qualquer prisão comprova a origem da quase totalidade dos seus ocupantes: egressos de reformatórios ou abrigos pagos com dinheiro suicida do contribuinte, que arma o seu assaltante. Daí em diante é a carreira inevitável, encerrada, de maneira violenta, antes dos trinta anos de idade. E as linhas de montagem do crime logo substituem os tombados.

O cidadão modesto está na linha de frente das vítimas. Não dispõe de recursos para pagar as chamadas "seguranças" privadas, nem recebe sequer a proteção pública a que faz jus. Os assaltos são muito mais numerosos na periferia pobre das cidades, que nos seus bairros de renda alta.

Enquanto isto, a segurança dita nacional se expressa em segurança do Estado. E seus opositores se apegam aos direitos humanos como direitos de segurança pessoal, políticas num perigoso círculo vicioso.

Quando a segurança, sendo nacional, deveria estender-se evidentemente a toda sociedade, e os direitos humanos incluem o direito à educação e ao trabalho.

Sem exclusão do Direito de Polícia, como os alemães chamam o *Polizeirecht*, aquele incumbido de dar garantia física aos cidadãos, devendo reagir inclusive pela

violência contra seus violadores.

Nenhuma sociedade dispensou, até hoje, a polícia, ofício mal-pago, mal-equipado e até amaldiçoado pelos que dela precisam. Se a polícia civil se apresenta ineficiente, e mesmo policiável, é porque se vê desassistida para cumprir sua missão.

Quanto ao sistema penitenciário, nem vale a pena falar. A palavra já está dizendo "penitência", pagamento da dívida social por parte do criminoso. Mas a pena acaba extrapolando a dívida, desde a execução da primeira sentença, com o detento sujeito a vexames piores que os por ele infligidos à sua vítima inicial. Completando, por assim dizer, sua pós-graduação criminosa, iniciada nos reformatórios e abrigos de infância e adolescência.

Não se venha, então, falar em "desenvolvimento social" diante de um quadro como este. Quer-se queimar etapas, isto sim, rumo à industrialização, quaisquer que sejam os pretextos e os preços. Não há motivo para derramar lágrimas de crocodilo, distribuindo migalhas à maioria que sucumbe nesta batalha. Nem muito menos para se escandalizar diante de quem protesta.

Foi possível suportar tão grande peso nas revoluções industriais européias e dos Estados Unidos, porque existiam instituições capazes de absorver e canalizar as tensões. O impacto desenvolvimentista esfacelou a sociedade tradicional iraniana e ameaça mergulhar em crise outras tantas.

Onde queremos chegar é à afirmação que o desenvolvimento social e político se apresenta igualmente importante como o econômico. Do contrário estaremos construindo um gigante econômico diante de um anão político, e, pior, diante de um Frankenstein social. Daí o crescente embate fratricida entre eles.

Se somarmos outros fatores, mais propriamente econômicos, temos muito com que nos preocupar. Desde que não vamos para o lado oposto, o derrotismo que se alterna com o triunfalismo brasileiro.

Ainda há tempo, embora cada vez menos.

As classes inferiores, oriundas há pouco do campo, permanecerão com temor reverencial perante as dominantes, até surgirem novas gerações totalmente criadas nas selvas de asfalto. Será outra história, em breve incontrolável. Os deserdados procurarão seus caminhos, contra quem quer que se oponha. Poderá haver outro preço social, então cobrado de baixo para cima.

Cada grupo social pode-se considerar incompreendido, mas suas desavenças só se resolvem pacificamente em nível político institucional. Quando não se consegue, o recurso enfim emergente é o da revolução, e queda da elite tradicional. O processo cansa de repetir-se, diante de responsáveis, em várias partes do mundo, imaginando que com cada um deles será diferente. Em nosso caso, porque o brasileiro é "cordial".